

HUMBERTO THEODORO JÚNIOR

Professor Titular aposentado da Faculdade de Direito da UFMG.
Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.
Membro da comissão de juristas encarregados pelo Senado Federal da elaboração
do Anteprojeto do novo Código de Processo Civil Brasileiro.
Doutor. Advogado (Parecerista).

CURSO *de* **DIREITO** **PROCESSUAL** **CIVIL** *Volume I*

62ª
edição

revista e
atualizada

- Teoria Geral do
Direito Processual Civil
- Processo de Conhecimento
- *Procedimento Comum*



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

- Fechamento desta edição: 01.01.2021

- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**

- Direitos exclusivos para a língua portuguesa

Copyright © 2021 by

Editora Forense Ltda.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar

Rio de Janeiro – RJ – 20040-040

www.grupogen.com.br

- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

1ª edição – 1985

62ª edição – 2021

- Capa: Danilo Oliveira

- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

Theodoro Júnior, Humberto

Curso de direito processual civil, volume 1 / Humberto Theodoro Júnior. – 62. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2021.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-85-309-9400-6

1. Direito processual civil – Brasil. I. Título.

20-68042

CDU: 347.9(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

Índice da Matéria

TEORIA GERAL DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Parte I – Noções Fundamentais

CAPÍTULO I – CONCEITO, HISTÓRIA E FONTES DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

§ 1º	Direito Processual Civil.....	3
1.	Noções gerais.....	3
2.	Definição.....	4
3.	Natureza.....	4
4.	Relações com outros ramos do Direito.....	4
5.	Objetivo.....	6
6.	Novos rumos do direito processual civil.....	7
7.	Universalidade dos problemas do processo moderno.....	8
§ 2º	História do Direito Processual Civil.....	10
8.	Origens.....	10
9.	Evolução: mundo clássico. Grécia.....	10
10.	O processo civil romano.....	11
11.	Processo comum.....	12
12.	O processo civil moderno (fase científica).....	13
13.	Esquema histórico-evolutivo do processo civil do século XIX ao século XXI.....	13
14.	Direito processual civil brasileiro.....	14
15.	Regulamento nº 737.....	15
16.	Códigos estaduais.....	15
17.	Códigos unitários.....	16
18.	O Código de 1973.....	16
19.	As reformas do Código de 1973 e a evolução do direito processual civil.....	17
20.	A constante busca da efetividade da tutela jurisdicional.....	18
21.	O Código de Processo Civil de 2015.....	20
	I – Principais inovações do CPC de 2015.....	21
	II – Visão geral do CPC/2015.....	23
§ 3º	Fontes do Direito Processual Civil.....	25
22.	Noções gerais.....	25

23.	Lei processual	26
24.	A Constituição e os tratados.....	27
25.	Doutrina e jurisprudência	28
26.	A lei processual no tempo.....	30
27.	A lei processual no espaço	31
28.	Interpretação das leis processuais	32

CAPÍTULO II – PRINCÍPIOS E NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL

§ 4º	Princípios informativos do Direito Processual	34
29.	Noções gerais: princípios universais.....	34
30.	Princípios informativos e normas fundamentais do processo.....	37
31.	Princípio do devido processo legal.....	37
32.	Processo legal e processo justo.....	39
32-A.	Fraternidade, solidariedade e aplicação da lei no processo justo: humanização do direito	43
33.	Direito e processo: instrumentalidade efetiva e celeridade procedimental.....	45
34.	Princípio da verdade real	46
35.	Princípio da recorribilidade e do duplo grau de jurisdição.....	49
36.	Princípio da oralidade	51
	36.1. Processo justo e oralidade.....	51
	36.2. Processo justo e humanização da prestação jurisdicional.....	52
37.	Princípio da economia processual.....	53
38.	Princípio da duração razoável do processo	53
39.	Princípio da eventualidade ou da preclusão.....	54
§ 5º	Normas fundamentais do processo civil	55
40.	Noções introdutórias.....	55
41.	Fonte imediata do direito processual civil (art. 1º).....	55
42.	Coexistência dos princípios inquisitivo e dispositivo (art. 2º).....	58
43.	Princípio da demanda	59
44.	Acesso à Justiça (art. 3º).....	60
45.	Meios alternativos de composição de litígios: arbitragem (art. 3º, § 1º).....	61
46.	Meios alternativos de composição de conflitos: solução consensual (art. 3º, §§ 2º e 3º)...	62
47.	Duração razoável do processo e celeridade de sua tramitação (art. 4º).....	63
	47.1. Responsabilidade civil do Estado pela violação da garantia de duração razoável do processo	64
48.	Boa-fé (art. 5º).....	65
49.	Princípio da cooperação (art. 6º)	69
50.	Princípio do processo justo e efetivo.....	72
51.	Contraditório efetivo (arts. 7º, 9º e 10)	73
	51.1. Contraditório e questões de fato e de direito	76
52.	Princípio da legalidade. Colisão de normas fundamentais (art. 8º).....	78
	52.1. Aplicação concorrente de princípio constitucional e lei comum	80
	52.2. Máximas da proporcionalidade e razoabilidade.....	81
53.	Boa-fé e dignidade da pessoa humana (arts. 5º e 8º)	83
54.	Princípios informativos da Administração Pública: princípio da eficiência (art. 8º).....	85

54-A.	A eficiência como dinamicidade do processo e sua sistematização operacional	86
55.	Publicidade e fundamentação das decisões judiciais (art. 11)	87
55.1.	Relevância da fundamentação para o sistema de precedentes adotado pelo CPC/2015.....	89
55.2.	Dimensões da fundamentação no processo civil constitucionalizado	90
56.	Princípio da isonomia e repulsa ao tratamento privilegiado (art. 12)	91
§ 6º	Aplicação das normas processuais	92
57.	Legislação de regência da jurisdição civil (art. 13)	92
58.	Legislação estadual concorrente	92
59.	Aplicação imediata da lei processual (art. 14)	93
60.	Função subsidiária do Código de Processo Civil (art. 15)	93

CAPÍTULO III – FUNÇÃO JURISDICIONAL

§ 7º	Jurisdição, processo e ação	94
61.	Imperatividade da ordem jurídica	94
62.	Justiça privada e justiça pública	94
63.	As instituições básicas do sistema processual civil (jurisdição, processo e ação).....	95
§ 8º	Jurisdição	96
64.	Jurisdição.....	96
65.	Jurisdição, função e efetividade.....	98
66.	Características da jurisdição	99
66-A.	A força normativa dos precedentes e a ampliação da própria função jurisdicional	101
67.	Imparcialidade e disponibilidade.....	102
68.	Objetivo da jurisdição	103
69.	Efetividade da tutela jurisdicional	104
70.	Princípios fundamentais	105
71.	Jurisdição civil	106
72.	Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária.....	106
73.	Substitutivos da jurisdição.....	110
	I Enfoque objetivo dos equivalentes jurisdicionais.....	110
	II – Enfoque subjetivo dos equivalentes jurisdicionais	111
74.	A evolução da jurisdição individual para a jurisdição coletiva.....	111
75.	Panorama global do aprimoramento da jurisdição na evolução do Estado de Direito..	113
§ 9º	Processo	117
76.	Conceito	117
77.	A importância da definição e estabilização do objeto do processo	117
78.	Processo e procedimento	119
79.	Características do procedimento	121
80.	Autonomia do processo	122
81.	Espécies de processo	122
82.	Funções do processo	123
83.	Independência dos processos	123
84.	Tutela ordinária e tutelas diferenciadas.....	124
85.	Tutela ordinária e tutela de urgência	125

86.	Tutela sancionatória e tutela inibitória	126
87.	Pressupostos processuais.....	127
88.	Os pressupostos processuais e a nulidade do processo.....	128
§ 10.	Ação	132
89.	O monopólio estatal da justiça	132
90.	A ação: direito subjetivo à prestação jurisdicional	132
91.	Autonomia do direito de ação	133
92.	A evolução do conceito de ação	133
93.	Prestação jurisdicional e tutela jurisdicional.....	135
93.1.	Direito à composição do litígio e direito à tutela jurisdicional.....	135
94.	A constitucionalização do direito de ação. Restauração do conceito de ação de direito material	136
94.1.	Redução do papel atribuído à ação no contexto do processo constitucionalizado	138
95.	Condições da ação	139
96.	Enumeração e conceituação das condições da ação	142
97.	Condições da ação estatuídas pelo Código de Processo Civil	144
	I – Interesse de agir	144
	II – Legitimidade de parte	146
	III – Legitimação extraordinária	147
	IV – Bilateralidade da legitimidade de parte	148
	V – Possibilidade jurídica do pedido	148
	VI – Visão unitária das condições da ação.....	149
98.	Limites temporais da apreciação das condições de ação	149
99.	Inter-relacionamento entre pressupostos processuais, condições da ação e mérito da causa	151
99.1.	Mérito da causa: objeto do processo	152
100.	Classificação das ações	153
	I – Classificação relevante	153
	II – Ações de cognição	153
	III – Ação executiva e medidas cautelares	155
101.	Ação e pretensão	155
102.	Ação e pretensão nos planos material e processual.....	156
103.	Ação e causa	158
104.	Elementos identificadores da causa	159
105.	Cumulação de ações	160
106.	A defesa do réu.....	161
106.1.	Legitimidade e interesse para a resposta à ação	162
107.	Espécies de resposta.....	163

CAPÍTULO IV – ELEMENTOS E EFEITOS DO PROCESSO

§ 11.	Elementos do processo	164
108.	Visão dinâmica e estática do processo	164
109.	A relação processual	164
110.	Classificação dos elementos do processo	165

§ 12. Efeitos da relação processual.....	167
111. Noções gerais.....	167
112. Direitos processuais.....	167
113. Obrigações processuais.....	167
114. Deveres processuais.....	167
115. Ônus processuais.....	167

Parte II Competência

CAPÍTULO V – LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL

§ 13. Noções gerais.....	169
116. Conceito.....	169
116.1. Jurisdição e competência.....	169
117. Distribuição da competência.....	170
118. Classificação da competência.....	171
§ 14. Competência internacional.....	172
119. Noções gerais.....	172
120. Espécies de competência internacional.....	172
121. Competência concorrente e litispendência.....	174
§ 15. Cooperação internacional.....	176
122. Noções gerais.....	176
123. Modalidades de cooperação.....	177
124. Do auxílio direto.....	177
I – Auxílio direto pleiteado por autoridade estrangeira (cooperação passiva).....	178
II – Auxílio direto pleiteado por autoridade brasileira (cooperação ativa).....	179
III – Disposições comuns.....	179
IV – Regime especial de cumprimento de decisões de Estados-Membros do Mercosul....	179
125. Da carta rogatória.....	179
126. Das disposições comuns ao auxílio direto e à carta rogatória.....	180
126-A. Convenção de Haia sobre citação no estrangeiro.....	181
§ 16. Competência interna.....	182
127. Noções gerais.....	182
128. Competência em matéria civil.....	183
129. Competência da Justiça Federal.....	183
130. Competência das Justiças Estaduais.....	185
§ 17. Critérios de determinação da competência interna.....	186
131. Generalidades.....	186
132. Competência do foro e competência do juiz.....	187
133. Divisão da competência do foro.....	187
134. Cumulatividade de juízos competentes.....	187
135. Competência por distribuição.....	188
136. <i>Perpetuatio iurisdictionis</i>	188

§ 18. Competência em razão do valor da causa e em razão da matéria.....	192
137. Competência em razão do valor da causa	192
138. Competência em razão da matéria	192
§ 19. Competência funcional	193
139. Conceito	193
140. Classificação	193
141. Casos de competência funcional por graus de jurisdição	193
142. Casos de competência funcional pelo objeto do juízo	193
§ 20. Competência territorial.....	194
143. Conceito	194
144. Foro comum	194
145. Foros subsidiários ou supletivos	195
146. Foros especiais	195
147. Ações reais imobiliárias	195
148. Foro da sucessão hereditária e da ausência	196
149. Foro da União, dos Estados e do Distrito Federal	197
I – União, entidades autárquicas, empresas públicas, fundações, conselho de fiscalização de atividade profissional	198
II – Estados e Distrito Federal	199
150. Foros <i>ratione personae</i>	199
151. Foro das pessoas jurídicas.....	200
152. Foro dos Estados e Municípios	201
153. Foros <i>ratione loci</i> em matéria de obrigações	201
154. Foro relativo à arbitragem	202
155. Foro do idoso	202
156. Foro central e foros distritais ou regionais	203
§ 21. Modificações da competência	205
157. Competência absoluta e competência relativa	205
158. Prorrogação de competência	205
159. Prorrogação legal. Conexão e continência	206
160. Modalidades de conexão	207
161. Continência.....	208
162. Intensidade da conexão	208
163. Efeito prático da conexão	210
164. Efeito prático da continência	211
165. Prevenção	212
166. A prevenção em caso de continência de ações.....	212
167. A conexidade e a competência absoluta.....	213
168. Oportunidade da reunião das ações conexas	214
169. Outros casos de prorrogação legal	214
170. Conexão entre ação penal e ação civil.....	215
171. Prorrogação voluntária.....	217
172. Derrogação de foros especiais instituídos por leis de ordem pública	219

173.	Prorrogação de competência em caso de foro de eleição ajustado em contrato de adesão.....	219
174.	Prorrogação de competência no âmbito da Justiça Federal	221
§ 22.	Declaração de incompetência	222
175.	Verificação de competência.....	222
176.	Alegação de incompetência.....	222
177.	Foro de eleição e declinação de competência.....	224
§ 23.	Conflito de competência	226
178.	Noções gerais.....	226
179.	Conflito de competência e arguição incidental de incompetência.....	227
180.	Procedimento do conflito	227
181.	Efeitos do conflito	228
§ 24.	Cooperação nacional	230
182.	Noções gerais.....	230

Parte III – Sujeitos do Processo

CAPÍTULO VI – PARTES E PROCURADORES

§ 25.	Partes	233
183.	Partes	233
184.	Nomenclatura.....	234
	I Processo de conhecimento	234
	II – Processo de execução.....	234
	III – Tutela provisória: as partes são tratadas como requerente e requerido.....	234
	IV – Nos procedimentos de jurisdição voluntária: não há partes, mas apenas interessados	234
185.	Substituição processual	234
186.	Sucessão de parte e alienação do bem litigioso.....	236
187.	Capacidade processual	237
188.	Massas patrimoniais personalizadas	238
189.	Capacidade processual das pessoas casadas	239
	I Capacidade ativa	239
	II – Capacidade passiva	240
	III – Ações possessórias.....	241
	IV – Ações contraídas a benefício da família.....	241
	V – A união estável.....	241
190.	Curatela especial.....	241
191.	Representação das pessoas jurídicas e das pessoas formais	242
192.	Incapacidade processual e irregularidade de representação	245
§ 26.	Deveres e direitos das partes e procuradores	246
193.	Deveres	246
194.	Ato atentatório à dignidade da justiça.....	248
	I – Condutas qualificadas como atentatórias à dignidade da justiça.....	248
	II – Punição por ato atentatório à dignidade da justiça	249

	III – Repressão à inovação ilegal no estado de fato de bem ou direito litigioso.....	250
	IV Execução das multas aplicadas em razão do atentado à dignidade da justiça.....	250
195.	Responsabilidade das partes por dano processual.....	250
	I Indenização.....	251
	II – Multa	253
	III – Honorários advocatícios e despesas da parte prejudicada	253
196.	Direitos.....	253
197.	Direito especial dos litigantes idosos e portadores de doenças graves	254
197-A.	Tutela especial das vítimas de violência doméstica	255
§ 27.	Despesas e multas	256
198.	Ônus financeiro do processo	256
199.	Antecipação das despesas	256
200.	Autor residente fora do Brasil (<i>cautio pro expensis</i>)	258
201.	A sucumbência e as obrigações financeiras do processo.....	258
202.	Ressalvas aos efeitos da sucumbência	259
203.	Extinção do processo por perda do objeto	260
204.	Sucumbência recíproca	261
205.	Realização da obrigação de pagar as despesas processuais	262
206.	Multas	262
207.	Honorários de advogado.....	262
208.	Honorários sucumbenciais e direito autônomo do advogado.....	263
209.	Inclusão dos honorários advocatícios no ressarcimento de perdas e danos	264
210.	Honorários do curador especial.....	264
211.	Cabimento da verba sucumbencial de honorários	265
	Honorários nas execuções embargadas	266
	II – Honorários nas exceções de pré-executividade.....	267
	III – Honorários no cumprimento de sentença.....	268
	IV – Honorários nos recursos.....	269
	V – Honorários dos advogados públicos.....	270
	VI Honorários em ação com pedidos alternativos ou sucessivos	270
	VII Honorários nos procedimentos de jurisdição voluntária	271
212.	Inoperância da sucumbência.....	271
213.	Fixação dos honorários	272
214.	Crêterios de fixação de honorários nas ações de que participe a Fazenda Pública	273
214-A.	Dispensa de condenação da Fazenda Nacional em honorários sucumbenciais.....	275
214-B.	Direito intertemporal em matéria de honorários de sucumbência.....	275
215.	Alguns casos especiais de fixação de honorários.....	276
216.	Execução dos honorários de sucumbência.....	277
217.	Exigência dos honorários sucumbenciais e encargos moratórios	278
218.	Assistência judiciária (gratuidade da justiça).....	278
219.	Assistência judiciária e atos notariais ou registraes.....	280
220.	Procedimento para obtenção da assistência judiciária	281
221.	Regime especial de intimação da Defensoria Pública.....	282
222.	Revogação do benefício.....	282

§ 28. Advogados.....	283
223. Capacidade de postulação.....	283
224. O mandato judicial.....	283
225. Revogação e renúncia do mandato.....	284
226. Direitos e deveres.....	284
I – Deveres do advogado.....	285
II – Direitos do advogado.....	285
III – Direitos acrescidos pela Lei 13.363/2016.....	286
§ 29. Sucessão das partes e dos procuradores.....	287
227. Sucessão de parte.....	287
I – Sucessão <i>inter vivos</i>	287
II – Sucessão universal.....	288
228. Sucessão do advogado.....	288

CAPÍTULO VII PLURALIDADE DE PARTES

§ 30. Litisconsórcio.....	290
229. Pluralidade de partes.....	290
230. Classificações.....	290
231. Espécies de litisconsórcio.....	291
232. Sistema do Código.....	292
233. Casos legais de litisconsórcio.....	293
I – Comunhão de direitos ou obrigações.....	293
II – Conexão pelo pedido ou pela causa de pedir.....	293
III – Afinidade de questões por um ponto comum de fato ou de direito.....	294
234. Litisconsórcio necessário e litisconsórcio unitário.....	294
235. Precisão do sistema litisconsorcial instituído pelo Código atual.....	295
236. Litisconsórcio necessário ativo e passivo.....	296
236-A. Um caso de litisconsórcio facultativo não unitário: a responsabilidade dos pais por atos danosos dos filhos menores.....	297
237. Mobilidade da posição processual do litisconsorte necessário.....	297
238. Litisconsórcio necessário não observado na propositura da ação.....	299
239. Citação do litisconsorte necessário ordenada pelo juiz.....	300
240. Litisconsórcio facultativo unitário.....	302
241. Litisconsórcio facultativo recusável.....	302
242. Posição de cada litisconsorte no processo.....	303
243. Autonomia dos litisconsortes para os atos processuais.....	304
§ 31. Intervenção de terceiros.....	306
244. Conceito.....	306
245. Classificações.....	306
§ 32. Assistência.....	308
246. Conceito.....	308
247. Pressupostos da intervenção.....	308
248. Assistência simples e assistência litisconsorcial.....	309
249. Cabimento e oportunidade da intervenção assistencial.....	311

250.	Procedimento	312
251.	Poderes e ônus processuais do assistente simples e litisconsorcial.....	312
252.	Encargos do assistente e limites de sua atuação	313
253.	Recursos	314
254.	A assistência e a coisa julgada	316
255.	Assistência provocada	316
256.	Assistência atípica ou negociada	317
257.	Assistência de legitimado coletivo em ação de natureza individual	318
258.	O recurso de terceiro prejudicado	319
§ 33.	Denúnciação da lide	322
259.	Conceito	322
260.	Denúnciação da lide em outros sistemas jurídicos.....	323
261.	Responsabilidade civil do Estado e direito regressivo contra o funcionário causador do dano	324
262.	Obrigatoriedade da denúnciação da lide	326
263.	Casos de não cabimento da denúnciação da lide.....	327
264.	Objetivo do incidente	328
265.	Legitimação.....	328
266.	Procedimento	329
	I – Denúnciação feita pelo autor.....	329
	II – Denúnciação feita pelo réu.....	330
267.	Efeitos da denúnciação da lide.....	330
268.	Cumprimento da sentença que acolhe a denúnciação	332
269.	Recursos	333
270.	Execução da sentença	333
271.	Denúnciações sucessivas.....	334
§ 34.	Chamamento ao processo	338
272.	Conceito	338
273.	Casos de admissibilidade do incidente	338
274.	Procedimento	339
275.	Chamamento ao processo nas ações do consumidor.....	340
276.	O chamamento ao processo em caso de seguro de responsabilidade civil.....	340
§ 35.	Incidente de desconconsideração da personalidade jurídica	343
277.	A desconconsideração da personalidade jurídica	343
	277.1. Inovações do art. 50 do Código Civil, introduzidas pela Lei 13.874/2019.....	345
278.	A desconconsideração inversa da personalidade jurídica	346
279.	Procedimento do incidente de desconconsideração da personalidade jurídica	347
	I Desconconsideração requerida com a petição inicial	348
	II Desconconsideração requerida como incidente.....	348
	III Desconconsideração requerida em execução ou no cumprimento de sentença	348
	IV Redirecionamento da execução fiscal	349
	V – O incidente instaurado perante tribunal.....	349
280.	Efeitos da desconconsideração da personalidade jurídica	350
281.	Prevenção contra a fraude	351

§ 36.	<i>Amicus curiae</i>	353
282.	Conceito.....	353
283.	Natureza jurídica.....	354
284.	Procedimento da intervenção	355
	I – Requisitos para a intervenção	355
	II Quem pode atuar como <i>amicus curiae</i>	355
	III – Prazo e oportunidade para a manifestação	357
	IV Casos de cabimento da intervenção do <i>amicus curiae</i>	357
	V Representação por meio de advogado:.....	358
285.	Poderes do <i>amicus curiae</i>	358
286.	Deslocamento de competência.....	359
287.	Custas e honorários processuais	359

CAPÍTULO VIII DO JUIZ E DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA

§ 37.	Organização judiciária	360
288.	O Poder Judiciário brasileiro	360
289.	Duplo grau de jurisdição.....	362
290.	Jurisdição extraordinária	362
291.	Competência.....	363
292.	Disciplina da magistratura.....	363
§ 38.	Órgãos judiciários	365
293.	Juízes.....	365
294.	Requisitos de atuação do juiz	365
	294.1. Limites necessários à independência do juiz	366
295.	Garantias da magistratura.....	366
296.	Poderes e deveres procedimentais do juiz	367
297.	Outros poderes e deveres do juiz, no plano decisório	371
298.	Atividade criativa do juiz	372
299.	Uma advertência sobre o garantismo processual e o ativismo judicial.....	373
300.	Responsabilidade do juiz	375
301.	Garantia de imparcialidade do juiz.....	376
302.	Casuísmo legal.....	376
	I – Casos de impedimento do juiz	376
	II Casos de suspeição do juiz.....	377
303.	Juiz-testemunha	377
304.	Exclusão do juiz suspeito ou impedido.....	378
305.	Procedimento da alegação de impedimento e de suspeição	378
	I – Pedido de afastamento do juiz	379
	II – Respostas do magistrado.....	379
	III – Apreciação e julgamento do incidente.....	379
306.	Impedimento ou suspeição de outros sujeitos processuais	380

§ 39.	Auxiliares da justiça	382
307.	O juízo	382
308.	Escrivão ou chefe de secretaria	382
	I – Atribuições do escrivão ou chefe de secretaria.....	382
	II – Cronologia das publicações e pronunciamentos judiciais.....	383
	III – Forma e conteúdo dos atos processuais.....	383
	IV – Responsabilidade civil do escrivão e do chefe de secretaria	383
	V – Impedimento do escrivão.....	384
309.	Oficial de justiça	384
310.	Perito.....	385
	I – Nomeação pelo juiz	385
	II – Aceitação e execução do encargo pelo perito.....	386
	III – Cadastro local dos peritos.....	386
	IV – Remuneração do perito.....	386
	V – Responsabilidade civil do perito	386
311.	Depositário e administrador	386
312.	Intérprete e tradutor	387
313.	Dos conciliadores e mediadores judiciais.....	388
	I – O papel da conciliação e da mediação no processo civil.....	388
	II – Distinção legal entre conciliador e mediador.....	389
	III – Mediação (CPC/2015, art. 165, § 3º; Lei n. 13.140/2015, art. 1º, parágrafo único)...	389
	IV – Conciliação (CPC/2015, art. 165, § 2º)	390
	V Solução consensual e renúncia a direitos.....	390
	VI Escolha do método consensual a utilizar	391
	VII – Outros meios alternativos de resolução de conflitos com interferência de terceiro.....	392
	VIII – A Lei n. 13.140/2015 e o CPC/2015	392
	IX – A conciliação e a mediação durante o processo.....	393
	X Princípios informadores da conciliação e mediação, elencados pelo CPC/2015 e pela Lei n. 13.140/2015	394
	XI Centros Judiciários de Solução Consensual de Conflitos	395
	XII Centros de conciliação extrajudiciais	396
	XIII Câmaras de Mediação e Conciliação da Administração Pública	396
	XIV Capacitação e remuneração dos conciliadores e mediadores.....	397
	XV Impedimento e impossibilidade temporária do exercício da função	397
	XVI Escolha dos conciliadores e mediadores pelas partes	398
	XVII Cadastro dos conciliadores e mediadores.....	398
314.	Outros auxiliares eventuais.....	399

CAPÍTULO IX SUJEITOS ESPECIAIS DO PROCESSO

§ 40.	O Ministério Público	400
315.	Conceito	400
316.	Funções.....	400
	316.1. Funções de <i>custos legis</i> , segundo o Conselho Nacional do Ministério Público....	402
317.	Natureza	403
318.	Ministério Público como parte	403

319.	Ministério Público como <i>custos legis</i>	404
320.	Ausência do Ministério Público no processo.....	405
321.	Órgãos do Ministério Público.....	405
322.	Princípios e garantias.....	405
323.	Responsabilidade civil dos membros do Ministério Público.....	407
§ 41.	Da advocacia pública	408
324.	Conceito, funções e prerrogativas.....	408
325.	Responsabilidade civil dos membros da Advocacia Pública dos entes federados.....	408
§ 42.	Da Defensoria Pública	409
326.	Conceito, funções e prerrogativas.....	409
327.	Responsabilidade civil dos membros da Defensoria Pública.....	409

Parte IV – Atos Processuais

CAPÍTULO X – FATOS JURÍDICOS PROCESSUAIS

§ 43.	Atos processuais	411
328.	Conceito	411
329.	Características e natureza dos atos processuais	412
330.	Agentes	413
331.	Atos do processo e atos do procedimento	414
332.	Classificação dos atos processuais	414
333.	Forma dos atos processuais	415
334.	Publicidade	417
335.	Meios de expressão	417
336.	Os negócios jurídicos processuais	418
	I Noções gerais.....	418
	II Limites da negociabilidade procedimental	420
	III – O controle judicial em torno dos limites do negócio processual	421
	IV – O negócio processual e o direito público.....	423
337.	Calendário para a prática de atos processuais.....	424
338.	O uso de sistema de transmissão de dados. Fac-símile ou outro similar	424
339.	O grande programa de implantação do processo eletrônico no Brasil.....	426
340.	A prática eletrônica de atos processuais no atual Código de Processo Civil	428
	340.1. Regulamentação unificadora de atos processuais eletrônicos em todo o território nacional baixada pelo CNJ.....	428
341.	O processo eletrônico nos Tribunais Superiores.....	429
	I – Supremo Tribunal Federal	429
	II Superior Tribunal de Justiça.....	431
	III Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais.....	432
§ 44.	Atos da parte	433
342.	Conceito e classificação.....	433
343.	Eficácia dos atos das partes.....	434
344.	Petições e autos suplementares.....	434
345.	Cotas marginais e interlineares nos autos.....	435

§ 45. Atos do juiz	436
346. Atividade processual do juiz.....	436
347. Atos decisórios	436
348. Definições legais.....	437
349. Decisão interlocutória.....	438
350. Despachos	440
351. Sentença	441
352. Atos não decisórios.....	442
353. Forma dos atos decisórios.....	443
§ 46. Atos do Escrivão ou do chefe de Secretaria	445
354. Documentação e comunicação dos atos processuais	445
355. Autuação	446
356. Termos processuais.....	446
357. Forma dos termos	446

CAPÍTULO XI - O ATO PROCESSUAL NO TEMPO E NO ESPAÇO

§ 47. O tempo e o lugar dos atos processuais.....	448
358. O tempo.....	448
359. Feriados e férias forenses	449
360. Processos que correm nas férias.....	450
361. Férias e recesso forense	451
362. O lugar.....	451
§ 48. Prazos.....	453
363. Disposições gerais.....	453
364. Classificação	453
365. Natureza dos prazos.....	454
366. Interpretação e aplicação das regras sobre prazo.....	455
367. O curso dos prazos.....	455
368. Contagem dos prazos: termo inicial.....	458
I – Fixação do dies a quo da contagem dos prazos processuais	459
II – Intimação feita pela imprensa.....	460
III Intimação feita durante o recesso natalino ou férias forenses	461
IV Hermenêutica.....	461
369. Contagem dos prazos no processo eletrônico.....	461
370. Prazos para recurso.....	463
371. Ciência inequívoca.....	464
372. Termo final.....	465
373. Preclusão	466
374. Prazos para as partes.....	466
I Regra básica.....	466
II Prazo geral.....	466
III Renúncia	466
IV – Litisconsortes.....	467
V – Prazo mínimo de obrigatoriedade de comparecimento.....	467

375.	Prazos para o juiz e seus auxiliares	467
376.	Prazos para o Ministério Público, Fazenda Pública e Defensoria Pública	468
	I – Ministério Público e Fazenda Pública	468
	II – Defensoria Pública	468
	III – Disposição comum	469
377.	Verificação dos prazos e penalidades: prazos dos serventuários	469
378.	Inobservância de prazo da parte	469
	I – Regra geral	469
	II – Sanções	469
379.	Inobservância dos prazos do juiz	469

CAPÍTULO XII – O INTERCÂMBIO PROCESSUAL

§ 49.	Atos de comunicação processual e atos fora da circunscrição territorial do juízo	471
380.	Intercâmbio processual	471
381.	Forma dos atos de comunicação	471
382.	A comunicação eletrônica	471
383.	Atos processuais fora dos limites territoriais do juízo: cartas de ordem, precatórias e rogatórias	472
384.	Requisitos das cartas	472
385.	Cumprimento das cartas	473
386.	Cartas urgentes	474
387.	Custas nas cartas	475
388.	Cartas rogatórias	475
§ 50.	Citação	476
389.	Conceito	476
390.	Suprimento da citação	476
391.	Destinatário da citação inicial	478
	I – Citação feita a mandatário, administrador, preposto ou gerente	479
	II – Citação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios	479
	III – Citando impossibilitado de receber a citação	479
392.	Local da citação	479
393.	Impedimento legal de realização da citação	480
394.	Modos de realizar a citação	480
395.	Citação por oficial de justiça	481
395-A.	Citação por carta precatória, rogatória ou de ordem	482
396.	Citação com hora certa	483
	I – Cabimento e requisitos	483
	II – Procedimento da citação com hora certa	483
397.	Citação pelo correio	484
398.	Citação por edital	486
	I – Procedimento-edital	486
	II – Requisitos de validade da citação por edital	487
399.	Citação por meio eletrônico	487
400.	Responsabilidade do promovente da citação-edital	488
401.	Efeitos da citação	488

402.	Litispendência	489
403.	Litigiosidade	490
404.	Mora.....	490
405.	Prescrição	490
406.	Antecipação do efeito interruptivo da prescrição.....	492
406-A.	Eficácia subjetiva da interrupção da prescrição.....	493
406-B.	Uma distinção necessária em matéria de interrupção prescricional em decorrência de exercício do direito de ação	493
406-C.	Falta ou nulidade da citação	494
406-D.	Regime especial de interrupção da prescrição nas execuções fiscais.....	495
407.	A força de interpelação reconhecida à citação	496
§ 51.	Intimações.....	498
408.	Conceito	498
409.	Forma.....	498
	I Intimações realizadas pelo órgão oficial.....	498
	II Intimação realizada pela retirada dos autos do cartório.....	500
	III – Intimação realizada à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.....	500
	IV Intimação do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Advocacia Pública ..	500
	V Preferência da intimação eletrônica.....	502
	VI – Inviabilidade da intimação por meio eletrônico e inexistência de publicação em órgão oficial.....	503
	VII Dispensabilidade da intimação do advogado	503
	VIII – Arguição de nulidade da intimação	503
	IX Intimação pessoal à parte	503
410.	Intimação pelo escrivão ou oficial de justiça.....	503
411.	Aperfeiçoamento da intimação	504
412.	Intimação em audiência	506
412-A.	Intimação eletrônica	506
413.	Intimação por edital ou com hora certa.....	507
414.	Efeitos da intimação	507

CAPÍTULO XIII – INVALIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS

§ 52.	Nulidade	508
415.	Conceito	508
416.	Espécies de vícios do ato processual.....	508
417.	Atos inexistentes.....	509
418.	Noção de nulidade	509
419.	Atos absolutamente nulos.....	509
420.	Atos relativamente nulos.....	510
421.	Nulidade do processo e nulidade do ato processual	511
422.	Sistema de nulidades do Código	511
423.	Nulidades cominadas pelo Código.....	512
424.	Nulidades da citação e intimação	513
425.	Arguição das nulidades	514
426.	Momento da arguição.....	514

427.	Decretação de nulidade.....	515
428.	Efeitos da decretação	515

CAPÍTULO XIV – OUTROS ATOS PROCESSUAIS

§ 53.	Registro, distribuição e valor da causa.....	517
429.	Noções introdutórias.....	517
430.	Registro.....	517
431.	Distribuição	517
432.	Distribuição por dependência.....	518
433.	Distribuição por dependência como medida de coibição à má-fé processual.....	519
434.	Valor da causa.....	522
435.	Impugnação ao valor da causa	524
	I – Decisão pelo juiz sobre impugnação da parte.....	525
	II – Correção do valor da causa de ofício pelo juiz.....	525

Parte V – Tutela Provisória

CAPÍTULO XV TUTELA DE URGÊNCIA E TUTELA DA EVIDÊNCIA

§ 54.	Noções gerais	526
436.	Introdução.....	526
437.	Tutelas de urgência e da evidência.....	527
438.	Tentativa doutrinária de fixar uma unidade ontológica entre todas as tutelas sumárias provisórias.....	528
439.	A abolição da ação cautelar	530
440.	A visão unitária da tutela de urgência.....	530
441.	Da fungibilidade à unificação das tutelas de urgência.....	532
442.	Traços comuns entre a tutela de urgência e a tutela da evidência	532
442-A.	Modificação e revogação da medida provisória	533
442-B.	Fundamentos do pedido de revogação ou modificação da tutela provisória	535
442-C.	Casos especiais de extinção da tutela de urgência decretada em caráter antecedente....	535
443.	Regras comuns a todas as tutelas provisórias.....	535

CAPÍTULO XVI – TUTELAS DE URGÊNCIA (I)

§ 55.	Classificação, características, requisitos, iniciativa, forma e conteúdo.....	537
444.	Classificação das tutelas provisórias cautelares.....	537
445.	Requisitos da tutela provisória de urgência.....	538
446.	O <i>fumus boni iuris</i>	538
447.	O <i>periculum in mora</i>	539
448.	Reversibilidade	540
449.	Perigo de dano reverso.....	541
450.	Fungibilidade das tutelas de urgência	542
451.	Necessidade de fundamentação adequada.....	542
452.	Medida liminar <i>inaudita altera parte</i>	543
453.	Limitações especiais às liminares contra atos do Poder Público.....	544
454.	Comprovação dos requisitos da medida liminar.....	544

455.	Distinção entre liminar e medida de urgência.....	545
456.	Liminar nem sempre corresponde à cautelaridade	546
456-A.	Medidas cautelares e liminar em defesa do erário: ação executiva fiscal, ação de improbidade administrativa e ação anticorrupção	548
	I – Créditos fiscais (Dívida Ativa)	548
	II – Improbidade administrativa	549
	III Indisponibilidade administrativa (Lei nº 13.606/2018).....	550
	IV Lei Anticorrupção: Processo administrativo de responsabilização (PRA). Medida cautelar judicial	550
457.	Contracautela.....	552
458.	Oportunidade da tutela de urgência.....	553
459.	Iniciativa da tutela de urgência e da evidência.....	553
460.	Medidas cautelares nominadas e medidas cautelares inominadas.....	554
461.	Poder discricionário na tutela de urgência genérica	555
462.	Forma e conteúdo das tutelas de urgência.....	556
463.	A discricionariedade do poder geral de prevenção e a escolha da medida	556
464.	Aplicação prática de medidas inominadas	557
465.	Limites do poder geral de cautela	558

CAPÍTULO XVII TUTELAS DE URGÊNCIA (II)

§ 56.	Competência e procedimentos da tutela de urgência.....	561
466.	Competência	561
	I – Justiça comum	561
	II Juízo arbitral	563
467.	Os procedimentos das tutelas de urgência	564
468.	Tutela de urgência incidental	564
469.	Tutela de urgência antecedente	565
§ 57.	Competência e procedimentos da tutela de urgência conservativa antecedente.....	566
470.	Petição inicial.....	566
471.	Lide e seu fundamento	566
472.	Exposição sumária do direito que se visa assegurar	566
473.	Perigo na demora de prestação da tutela jurisdicional	566
474.	Outros requisitos da petição inicial	567
475.	Despacho da petição inicial e a citação do réu.....	567
476.	A defesa do réu.....	567
477.	Prazo para o autor deduzir o pedido principal.....	568
478.	Inobservância do prazo de dedução do pedido principal	569
479.	Indeferimento da medida: dedução do pedido principal e possibilidade de formação de coisa julgada	570
	I – Dedução do pedido principal em caso de indeferimento da medida	570
	II – Indeferimento por decadência ou prescrição	570
480.	Procedimento de dedução do pedido principal	570
481.	Impossibilidade de renovar a medida conservativa que perdeu a eficácia	571
§ 58.	Procedimento da tutela de urgência satisfativa antecedente.....	573
482.	Reafirmação da distinção entre tutela satisfativa e tutela conservativa	573

483.	Legitimação.....	574
484.	Processos que comportam a antecipação de tutela satisfativa	575
485.	Antecipação de tutela satisfativa e as diversas modalidades de sentença de mérito	576
486.	Tutela de urgência satisfativa: procedimento especial dos arts. 303 e 304 do CPC/2015	580
487.	Detalhamento do procedimento destinado a obter possível estabilização da medida satisfativa	581
	I – Petição inicial	581
	II – Valor da causa	582
	III – Procedimento	582
	IV – Citação e audiência	582
	V – Posição adotada pela 3ª Turma do STJ	584
487-A.	Justificação da estabilização da medida satisfativa urgente sem contraditório	584
488.	Defesa do sujeito passivo da medida de urgência satisfativa antecedente.....	585
489.	Pedido de reconsideração	586
490.	Esquema do procedimento da tutela urgente satisfativa antecedente, no rito adequado à estabilização da medida provisória	587
491.	Esquema do procedimento da tutela urgente satisfativa antecedente sem a perspectiva de estabilização da medida liminar	588
§ 59.	Estabilização da tutela de urgência satisfativa antecedente.....	591
492.	O sistema de estabilização adotado pelo Código de 2015	591
493.	Propositura da ação principal depois de ocorrida a estabilização da tutela provisória satisfativa	593
494.	Prazo para ajuizamento da ação de cognição plena	593
§ 60.	Normas comuns às tutelas urgentes.....	595
495.	Extinção das tutelas de urgência antecedentes.....	595
496.	Responsabilidade civil pela tutela de urgência	595

CAPÍTULO XVIII – TUTELA DA EVIDÊNCIA

§ 61.	Regime particular da tutela da evidência	598
497.	Tutela da evidência	598
498.	Oportunidade e conteúdo da tutela da evidência	598
	I – Concessão em liminar	599
	II – Concessão incidental	599
	III – Conteúdo da medida	599
	IV – Fungibilidade.....	600
	V – Tutela da evidência e julgamento antecipado do mérito	600
499.	Legitimação	601
500.	O casuismo legal da tutela da evidência	601

CAPÍTULO XIX – FORÇA DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS

§ 62.	Decisão e cumprimento das medidas provisórias.....	606
501.	Julgamento da pretensão à tutela provisória	606
502.	Cumprimento das medidas de urgência	606
503.	Mandamentalidade das medidas de tutela sumária	609

504.	Execução das medidas urgentes satisfativas	610
505.	Execução das medidas definidas com base na tutela da evidência	610
506.	Provisoriedade do cumprimento de todas as decisões deferidoras das tutelas sumárias	611

CAPÍTULO XX – MEDIDAS CAUTELARES NOMINADAS

§ 63.	Regime do CPC/2015	612
507.	Introdução.....	612
508.	Arresto	612
509.	Sequestro	613
510.	Arresto e sequestro	613
511.	Arrolamento de bens	613
512.	Registro de protesto contra alienação de bens	614
513.	Outras medidas cautelares tradicionais	615
	I Caução.....	615
	II – Depósito preparatório de ação.....	617
	III – Busca e apreensão.....	617
	IV – Atentado.....	617
	V Medidas provisionais diversas	618

Parte VI – Instauração, Crise e Fim do Processo

CAPÍTULO XXI – FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO

§ 64.	Introdução	619
514.	Noções gerais.....	619
§ 65.	Formação do processo	620
515.	O processo.....	620
516.	Sujeitos da relação jurídico-processual	620
517.	Início do processo	621
518.	Formação gradual da relação processual	622
519.	Estabilização do processo.....	622
520.	Alteração do pedido	623
521.	Alterações subjetivas.....	624
§ 66.	Suspensão do processo	625
522.	Conceito	625
523.	Os casos de suspensão do processo	625
524.	Suspensão por morte ou perda de capacidade processual.....	626
	I – Morte de qualquer das partes	626
	II – Dissolução ou extinção de pessoa jurídica.....	627
	III Perda de capacidade das partes	627
	IV Morte ou perda da capacidade do advogado de qualquer das partes	627
525.	Suspensão por convenção das partes.....	627
526.	Suspensão em razão de arguição de impedimento ou suspeição do juiz	628
527.	Suspensão por prejudicialidade	628

528.	Prejudicialidade e conexão	629
529.	Suspensão pela admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas.....	630
530.	Suspensão pela discussão em juízo de questão decorrente de acidentes e fatos da navegação da competência do tribunal marítimo	630
531.	Suspensão por motivo de força maior	630
532.	Outros casos legais de suspensão.....	631
532-A.	Suspensão por motivo de parto ou concessão de adoção.....	631
532-B.	Suspensão por motivo de o advogado tornar-se pai	631
533.	Férias e suspensão do processo	632
534.	Suspensão por necessidade de verificação de fato delituoso na justiça criminal	632
§ 67.	Extinção do processo	633
535.	Encerramento da relação processual.....	633
536.	Sentenças definitivas e terminativas.....	633

PARTE ESPECIAL – PROCESSO DE CONHECIMENTO

Parte VII – Processo e Procedimento

CAPÍTULO XXII – PROCEDIMENTO COMUM E PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

§ 68.	Processo e procedimentos de cognição	637
537.	Processo.....	637
538.	Procedimento	638
539.	Procedimentos no processo de cognição.....	638
540.	Procedimentos especiais: jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária	639
541.	Esquema do procedimento comum	640
542.	Fases do procedimento comum	640
543.	Fase postulatória	641
544.	Fase saneadora.....	641
545.	Fase instrutória.....	641
546.	Fase decisória.....	642
547.	Adequação do procedimento	642
§ 69.	Procedimento sumário	645

Parte VIII – Procedimento Comum

CAPÍTULO XXIII – FASE DE POSTULAÇÃO

§ 70.	Petição inicial	647
560.	Fases do procedimento comum	647
561.	Petição inicial.....	648
562.	Requisitos da petição inicial.....	649
563.	Despacho da petição inicial.....	651
564.	Casos de indeferimento da petição inicial.....	653
565.	Extensão do indeferimento.....	654

566.	Improcedência liminar do pedido	654
	I – Pedido contrário a súmula do STF ou STJ; acórdão proferido pelo STF ou STJ firmado em julgamento de recurso repetitivo; entendimento firmado em incidente de resolução de demanda repetitiva ou assunção de competência; enunciado de súmula de tribunal de justiça sobre direito local.....	654
	II – Prescrição e decadência	656
567.	Intimação da sentença <i>prima facie</i>	656
568.	Recurso contra o julgamento <i>prima facie</i>	657
569.	Preservação do contraditório e ampla defesa.....	657
570.	Efeitos do despacho da petição inicial	658
§ 71.	O pedido	661
571.	Petição inicial.....	661
572.	Pedido	661
573.	Requisitos do pedido	661
574.	Pedido em ação relacionada com contratos de empréstimos, financiamento ou alienação de bens	662
575.	Pedido concludente	663
576.	Pedido genérico	663
577.	Pedido cominatório	664
578.	Pedido alternativo	665
579.	Pedidos subsidiários	665
580.	Pedido de prestações periódicas	666
581.	Pedido de prestação indivisível	667
582.	Pedidos cumulados	667
583.	Espécies de cumulação de pedidos	669
584.	Interpretação do pedido	669
585.	Pedidos implícitos	669
586.	Aditamento e modificação do pedido	670
§ 72.	A audiência de conciliação ou de mediação	673
587.	Introdução.....	673
588.	Audiência preliminar de conciliação ou de mediação	673
589.	Prazo para a contestação	675
	I – Com audiência	675
	II – Sem audiência	675
§ 73.	A resposta do réu	677
590.	A defesa do réu	677
591.	A resposta do réu	677
592.	Espécies de defesa	678
593.	Defesa processual	678
594.	Defesa de mérito	679
595.	Reconvenção	680
596.	Síntese	680
§ 74.	Contestação	681
597.	Conceito	681

598.	Conteúdo e forma da contestação	681
599.	Ônus da defesa especificada	682
600.	Preliminares da contestação	683
601.	Conhecimento <i>ex officio</i> das preliminares	686
602.	Alegação de ilegitimidade <i>ad causam</i>	686
603.	Alegação de incompetência do juízo	687
	I – Alegação por réu residente fora da comarca da causa	687
	II – Réu citado por carta precatória	687
	III – Réu citado por outro meio	687
	IV – Prevenção da competência do juízo em que foi protocolada a contestação	687
	V – Suspensão da audiência de conciliação ou de mediação designada pelo juiz da causa	688
604.	Alegação de abusividade da cláusula de eleição de foro	688
605.	Réplica ou impugnação do autor	688
§ 75.	Reconvenção	689
606.	Conceito	689
607.	Contestação reconvenicional: uma inovação do Código de Processo Civil	689
608.	Pressupostos da reconvenção	691
	I – Cabimento da reconvenção	691
	II – Pressupostos específicos da resposta reconvenicional	691
609.	Reconvenção e compensação	693
610.	Procedimento	694
611.	Reconvenção sem contestação	696
612.	Extinção do processo principal	696
§ 76.	Revelia e reconhecimento do pedido	697
613.	Revelia	697
614.	Os efeitos da revelia	698
615.	Alteração do pedido	701
616.	Reconhecimento da procedência do pedido	701

CAPÍTULO XXIV FASE DE SANEAMENTO

§ 77.	Providências preliminares	702
617.	Conceito	702
	I – Em caso de revelia	702
	II – Em caso de contestação	702
618.	Réplica do autor	703
619.	Revelia e provas	703
620.	Intervenção do Ministério Público	704
621.	Ação declaratória incidental	704
622.	Outras providências preliminares	704
§ 78.	Julgamento conforme o estado do processo	706
623.	Conceito	706
624.	Extinção do processo	706
625.	Julgamento antecipado do mérito	707

626.	Julgamento antecipado parcial do mérito.....	708
627.	Liquidação e execução da decisão antecipada parcial.....	710
628.	Procedimento e recurso do julgamento parcial antecipado.....	711
§ 79.	Saneamento e organização do processo.....	713
629.	Decisão de saneamento.....	713
630.	Cabimento.....	714
631.	Conteúdo.....	714
631.1.	Delimitação consensual das questões de fato e de direito.....	716
I	Questões de direito.....	716
II	Questões de fato (prova).....	716
632.	Direito de esclarecimentos sobre a decisão de saneamento.....	717
633.	Formas da decisão de saneamento.....	718

CAPÍTULO XXV – INSTRUÇÃO E DEBATE DA CAUSA

§ 80.	Audiência de instrução e julgamento.....	719
634.	Audiência.....	719
635.	Características da audiência.....	719
636.	Atos preparatórios.....	721
637.	Adiamento da audiência.....	722
638.	Antecipação de audiência.....	723
639.	Conciliação.....	723
640.	Procedimento da conciliação.....	725
641.	Instrução e julgamento.....	725
642.	Documentação da audiência.....	726

CAPÍTULO XXVI – FASE PROBATÓRIA

§ 81.	A prova.....	729
643.	Conceito.....	729
644.	Direito fundamental à prova.....	730
645.	Características da prova.....	731
646.	Objeto da prova.....	732
I	Questões relevantes.....	734
II	Questões precisas.....	734
647.	Finalidade e destinatário da prova.....	734
648.	Prova e verdade.....	735
649.	Valoração da prova.....	737
650.	Sistema legal da valorização da prova.....	738
651.	O sistema do Código.....	740
651-A.	Aquisição da prova pelo processo.....	741
652.	Poder de instrução do juiz.....	742
653.	Iniciativa probatória do juiz e democracia.....	746
654.	Garantismo processual e ativismo judicial.....	747
§ 82.	Ônus da prova.....	749
655.	Ônus da prova.....	749

656.	Ônus da prova: natureza	750
657.	Os dois aspectos do ônus da prova	750
658.	Sistema legal do ônus da prova	752
659.	Conflito de versões sobre o fato constitutivo do direito do autor	753
660.	Iniciativa probatória do juiz e ônus legal da prova	754
661.	Distribuição estática do ônus da prova	754
662.	Distribuição dinâmica do ônus da prova	755
	I – Noções gerais	755
	II – A distribuição dinâmica do ônus da prova no CPC/2015	757
	III – Requisitos	758
	IV – Aplicação a todos os processos de conhecimento	760
	V – Custeio das provas na inversão do respectivo ônus	760
663.	Justificativa da redistribuição dinâmica do ônus da prova	761
664.	O emprego da técnica da distribuição dinâmica não é discricionário	762
665.	Procedimento a observar para alterar o regime legal do ônus probatório	763
666.	Teoria do ônus dinâmico da prova e garantismo processual	763
667.	Ônus dinâmico da prova e contraditório	764
668.	A distribuição dinâmica do ônus da prova e as provas difíceis	765
669.	Ônus da prova nas ações do consumidor	766
670.	Convenção sobre ônus da prova	767
§ 83.	Meios de prova	769
671.	Meios de prova	769
672.	Prova por presunção	769
673.	Presunção legal e ficção legal	771
674.	Regras de experiência comum e conhecimento privado do juiz	771
675.	Procedimento probatório	772
676.	Instrução por meio de carta	773
677.	Dever de colaboração com a Justiça	774
678.	Prova emprestada	774
679.	Boa-fé e prova	776
§ 84.	Da produção antecipada da prova	779
680.	Noções introdutórias	779
681.	Antecipação de prova	779
682.	Cabimento	780
	I Fundado receio de impossibilidade ou dificuldade de verificação de certos fatos ...	780
	II Desnecessidade de vínculo com processo futuro	780
	III Casuismo da antecipação de prova	781
	IV Legitimação	783
683.	Oportunidade	783
684.	Objeto da antecipação de prova	783
685.	Competência	784
686.	Procedimento	784
	I Justificação	785
	II Arrolamento de bens	785
687.	Sentença	785

688.	Valoração da prova antecipada	786
689.	Eficácia	786
690.	Medida <i>inaudita altera parte</i>	787
691.	Despesas processuais	787
692.	Destino dos autos	787

CAPÍTULO XXVII – MEIOS LEGAIS DE PROVA

§ 85.	Ata notarial	789
693.	Conceito	789
694.	Natureza da ata notarial	789
695.	Necessidade de requerimento da parte interessada	790
696.	Falsidade da ata	790
697.	Exemplos de fatos registráveis em ata notarial	790
§ 86.	Depoimento pessoal	792
698.	Conceito	792
699.	Sanção decorrente do ônus de prestar depoimento pessoal	792
700.	Legitimação para o depoimento	793
701.	Objeto do depoimento pessoal	793
702.	Procedimento	794
§ 87.	Confissão	796
703.	Conceito	796
704.	Requisitos da confissão	796
705.	Classificações	797
706.	Efeitos da confissão	797
707.	Indivisibilidade da confissão	798
708.	Valor da confissão extrajudicial	799
§ 88.	Exibição de documento ou coisa	800
709.	Conceito	800
710.	Oportunidade da medida	800
711.	Legitimação e interesse	800
712.	Procedimento e efeitos da exibição requerida contra a parte	801
	712.1. Exibição intentada contra cadastro de pontualidade	803
713.	Procedimento e consequências da exibição requerida contra terceiro	803
§ 89.	Prova documental	808
714.	Conceito	808
715.	Força probante dos documentos	808
716.	Documentos públicos	809
717.	Reprodução de documentos públicos	810
718.	Documentos particulares	811
719.	Valor probante do documento particular	812
720.	Telegramas, cartas, registros domésticos	813
721.	Livros empresariais	814
722.	Documentos arquivados em meio eletromagnético	815

723.	Reprodução de documentos particulares	816
724.	Reproduções mecânicas de coisas ou fatos.....	817
	I Generalidades.....	817
	II Fotografias digitais e extraídas da rede mundial de computadores.....	817
	III Fotografias publicadas em jornal ou revista.....	817
	IV – Impressão de mensagem eletrônica.....	817
	V – Reprodução dos documentos particulares.....	817
	VI – Cópia de documento particular.....	818
725.	Documentos viciados em sua forma	818
726.	Falsidade documental.....	818
727.	Espécies de falsidade.....	819
728.	Ônus da prova	820
729.	A arguição de falsidade	821
730.	Procedimento do incidente de falsidade.....	822
731.	Facultatividade do incidente de falsidade.....	823
732.	Produção da prova documental.....	823
733.	Desentranhamento de documentos.....	826
§ 90.	Documentos eletrônicos.....	828
734.	Noção introdutória	828
735.	Documento eletrônico.....	828
736.	Regime legal.....	828
737.	Documento eletrônico não certificado.....	829
§ 91.	Prova Testemunhal.....	831
738.	Conceito.....	831
739.	Valor probante das testemunhas.....	831
740.	Inadmissibilidade da prova testemunhal	832
741.	Direitos e deveres da testemunha	833
	I – Deveres.....	833
	II – Incapacidade	834
	III – Impedimentos	834
	IV – Suspeições	835
	V Testemunhas informantes	835
	VI Deveres principais	836
	VII Direitos	836
	VIII Sistema de garantia de direitos da criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência.....	837
742.	A produção da prova testemunhal.....	837
	I Requerimento.....	837
	II Intimação.....	838
	III – Audiência.....	839
	IV – Ouvida fora de audiência.....	839
	V – Inquirição.....	840
	VI – Incidentes.....	841
§ 92.	Prova pericial.....	843
743.	Conceito	843

744.	Admissibilidade da perícia	844
745.	O perito	845
	I – Escolha do perito pelo juiz	845
	II – Escolha do perito pelas partes	846
	III – Escolha do perito quando o objeto da prova for autenticidade ou falsidade de documento, de autenticidade da letra e da firma ou de natureza médico-legal.....	846
	IV Participação dos assistentes técnicos na elaboração da perícia	847
	V Substituição do perito ou de assistente.....	847
	VI – Suspeição e impedimento do perito	847
746.	O procedimento da prova pericial.....	848
	I – Generalidades.....	848
	II Nomeação do perito e perícia consensual.....	849
	III Coleta dos elementos necessários à perícia	849
	IV – O laudo pericial.....	849
	V – O parecer dos assistentes técnicos.....	850
	VI – Prazos	850
	VII Quesitos suplementares	851
	VIII Perícia a ser realizada fora da comarca	851
	IX – Esclarecimentos do perito	851
	X – Perícia extrajudicial	852
	XI – Prova técnica simplificada	852
747.	Valor probante da perícia.....	852
748.	Nova perícia	854
§ 93.	Inspeção judicial	855
749.	Conceito	855
750.	Procedimento	855

CAPÍTULO XXVIII – FASE DECISÓRIA

§ 94.	Noções introdutórias	857
751.	Conceito de processo.....	857
752.	Conteúdo e finalidade do processo	857
§ 95.	Sentença (I)	859
753.	Definição legal e classificação doutrinária	859
754.	Sentença terminativa: extinção do processo sem julgamento do mérito	860
	754.1. Indeferimento da inicial.....	861
	754.2. Abandono da causa.....	861
	754.3. Ausência de pressupostos processuais	862
	754.4. Perempção	863
	754.5. Litispendência e coisa julgada	863
	754.6. Condições da ação	864
	754.7. Perda do objeto	865
	754.8. Convenção de arbitragem	866
	754.9. Desistência da ação	866
	754.10. Intransmissibilidade da ação	868
	754.11. Confusão entre autor e réu	868

755.	Efeito da extinção do processo sem julgamento do mérito.....	868
756.	Iniciativa da extinção do processo	869
757.	Saneamento do processo, quando o defeito for suprível.....	869
758.	Juízo de retratação.....	870
§ 96.	Sentença (II)	871
759.	Extinção do processo com resolução de mérito.....	871
	759.1. Acolhimento ou rejeição do pedido	872
	759.2. Prescrição e decadência	872
	759.3. A prescrição e os diversos tipos de ação	874
	759.4. Reconhecimento da procedência do pedido pelo réu	875
	759.5. Transação	876
	759.6. Retratação e rescisão de transação	876
	759.7. Renúncia à pretensão	877
760.	Natureza da sentença definitiva	879
761.	Função da sentença definitiva	880
762.	Preferência da sentença definitiva sobre a terminativa (primazia do julgamento de mérito)	881
763.	Função da sentença terminativa	881
§ 97.	Estrutura e formalidades da sentença	883
764.	Conteúdo da sentença	883
765.	Relatório	883
766.	Motivação.....	884
767.	Dispositivo da sentença.....	890
768.	Condições formais da sentença.....	890
769.	Clareza	890
770.	Precisão	890
771.	A precisão da sentença no caso de obrigação de pagar quantia certa.....	891
772.	Sentença condenatória ilíquida	892
773.	A precisão da sentença que tenha por objeto obrigação de fazer ou não fazer	893
774.	Extensão das regras de tutela às obrigações de fazer e não fazer aos deveres de natureza não obrigacional.....	895
775.	Regras especiais de tutela às obrigações de entrega de coisa.....	896
776.	Regra especial de tutela específica às obrigações de declaração de vontade (modalidade de obrigação de fazer)	897
777.	Regras especiais de tutela das obrigações de quantia certa	898
	I – Particularidades da condenação e cumprimento das obrigações por quantia certa	898
	II – Hipoteca Judiciária	898
§ 98.	Publicação, interpretação e correção da sentença	899
778.	Publicação e intimação da sentença	899
779.	Efeitos da publicação	900
780.	Correção e integração da sentença	900
781.	Princípio da demanda e princípio da congruência	901
782.	Nulidade da sentença <i>ultra petita</i> , <i>citra petita</i> e <i>extra petita</i>	902
783.	Interpretação da sentença	905

§ 99. Classificação das sentenças	908
784. Classificações.....	908
785. Sentenças declaratórias.....	909
786. Sentenças condenatórias	910
787. Sentença constitutiva	912
788. Momento de eficácia da sentença	912
789. Multiplicidade de efeitos da sentença.....	913
§ 100. Efeitos da sentença	914
790. Conceito	914
791. Entrega da prestação jurisdicional.....	914
792. Classificação das sentenças quanto aos efeitos.....	915
793. Hipoteca judiciária.....	916
794. Outros efeitos secundários da sentença	917
795. Duplo grau de jurisdição (remessa <i>ex officio</i> ou reexame necessário).....	918
795.1. Julgamento da remessa necessária.....	920
795.2. Exclusões da remessa necessária.....	920
§ 101. Coisa julgada	922
796. A conceituação de coisa julgada no Código atual	922
797. Sentença, efeitos e coisa julgada.....	923
798. Coisa julgada administrativa.....	925
799. Coisa julgada total e parcial	926
800. Coisa julgada formal e material	928
801. Terminologia do julgamento de mérito	931
802. Fundamento da autoridade da coisa julgada	932
803. Arguição da coisa julgada	932
804. Dimensões possíveis da exceção de coisa julgada	933
805. Efeitos positivos e negativos da coisa julgada	934
806. Preclusão	934
§ 102. Limites da coisa julgada	939
807. Limites objetivos	939
808. Motivos da sentença	941
808.1. Motivo e <i>ratio decidendi</i>	942
808.2. Revisão do mito de que só o dispositivo da sentença passa em julgado	944
808.3. Tendência do direito comparado e a posição do atual CPC	945
808.4. Processo civil espanhol	947
808.5. Processo civil da Federação Russa.....	947
808.6. Processo civil português	947
808.7. Processo civil italiano.....	947
808.8. Síntese.....	950
809. Verdade dos fatos.....	951
810. Questões prejudiciais.....	951
811. Questões implicitamente resolvidas	954
812. A eficácia preclusiva da coisa julgada.....	956
812.1. Reflexos diferentes da eficácia preclusiva em face do autor e do réu.....	958

813.	Limites subjetivos.....	958
814.	Expansão dos limites subjetivos para além das partes do processo	960
815.	Limites subjetivos da coisa julgada e obrigações solidárias.....	961
	I – Credores solidários.....	962
	II – Devedores solidários	963
816.	Coisa julgada nas ações coletivas.....	963
817.	Relações jurídicas de trato continuado e outros casos de rejulgamentos.....	965
818.	Limites temporais da coisa julgada.....	967
819.	Extensão da coisa julgada ao terceiro adquirente do bem litigioso.....	967
820.	Execução forçada e coisa julgada.....	969

CAPÍTULO XXIX – TÍTULO JUDICIAL ILÍQUIDO

§ 103.	Liquidação da sentença condenatória genérica.....	971
821.	Sentença ilíquida	971
822.	Execução da sentença ilíquida.....	971
823.	Liquidação de sentença declaratória e de outros títulos judiciais.....	972
824.	Casos de iliquidez da sentença.....	973
825.	Natureza jurídica da liquidação da sentença.....	973
826.	A liquidação e os honorários advocatícios	975
827.	Limites da liquidação.....	976
828.	Contraditório.....	977
829.	Liquidez parcial da sentença.....	977
830.	Liquidação por iniciativa do vencido	978
831.	Recursos	978
832.	Liquidação frustrada.....	980
§ 104.	Procedimentos da liquidação.....	981
833.	Procedimentos possíveis	981
834.	Liquidação por cálculo.....	981
835.	Cálculo com base em dados ainda não juntados aos autos.....	982
836.	Memória de cálculo a cargo da parte beneficiária da assistência judiciária.....	982
837.	Liquidação por arbitramento	983
838.	Liquidação pelo procedimento comum	984
839.	A indisponibilidade do rito da liquidação	985
840.	Rescisão da decisão liquidatória	986

CAPÍTULO XXX – CUMPRIMENTO DA SENTENÇA

§ 105.	Disposições gerais.....	991
841.	Introdução.....	991
842.	Custas e encargos do cumprimento de sentença	992
843.	Regras gerais disciplinadoras do cumprimento das sentenças	992
	I – Generalidades.....	992
	II – Atos executivos.....	992
	III – Certeza, liquidez e exigibilidade da obrigação.....	993
	IV – Iniciativa do credor.....	993

V – Intimação do devedor.....	993
VI Títulos executivos judiciais.....	993
VII Competência para o cumprimento da sentença.....	994
VIII Impugnação ao procedimento	994
IX Cumprimento provisório	994
X – Cumprimento definitivo.....	994
XI – Tutela provisória.....	994
XII – Observação.....	994
Bibliografia.....	997
Índice dos Fluxogramas.....	1037